

# MPC NOTÍCIAS

INTEGRIDADE - TRANSPERÊNCIA - EFETIVIDADE



Foto: MPC-MG

## DIRETORIA DA ATRICON VISITA MPC-MG

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, reuniu-se, no dia 19 de julho, com a Diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O encontro teve como objetivo acordar as ações de controle de contas no Brasil. Esta foi a primeira visita da Diretoria da Atricon à Casa, reforçando os laços institucionais e o compromisso com a defesa do interesse público.

Participaram da reunião César Miola, Presidente do TCE-RS; Edilson de Souza Silva, Vice-Presidente Executivo do TCE-RO; Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle Externo do TCE-ES; Michel Houat Harb, Diretor de Relações Político-Institucionais do TCE-AP; e Thiago Kwiatkowski, Conselheiro do TCM-RJ. Estiveram presentes também os Procuradores do MPC-MG Glaydson

Massaria e Cristina Melo, sendo esta última 1ª Tesoureira da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon).

### NESTA EDIÇÃO:

- **Procurador-Geral palestra sobre "dispute board"**
- **Servidor lotado no MPC-MG defende tese de doutorado**
- **Procurador-Geral recebe visita de Presidente e 1ª Vice-Presidente da AMMP**
- **CNPQC em defesa do acesso à informação de qualidade**



## PROCURADOR-GERAL DO MPC-MG ABRE SEMINÁRIO COM PALESTRA SOBRE "DISPUTE BOARD"



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, 5 jul 2022. Foto: Éverton Moebus

Foi realizado, nos dias 5 e 6 de julho, o Governo sem Papel – a Nova Era das Licitações – Seminário da Nova Lei de Licitações e Contratos. O evento, ocorrido no Palácio de Cultura de Matozinhos, foi uma realização do Consórcio Intermunicipal de Saúde e de Políticas de Desenvolvimento da Região do Calcário (Cisrec) em parceria com Sebrae, Licitar Digital e 1DOC.

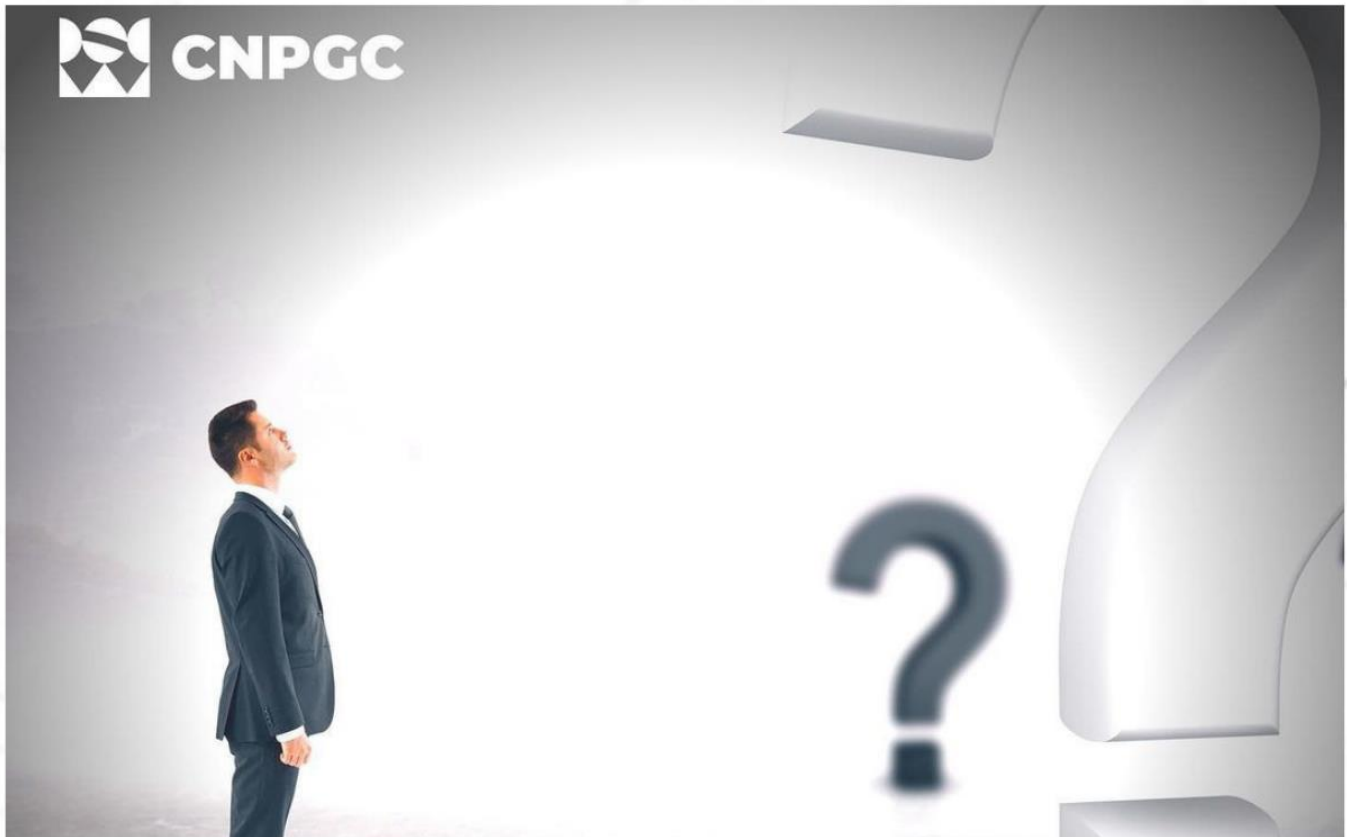
Ao reunir especialistas para discussão da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), tratou-se de momento importante para apresentação das primeiras experiências na aplicação da nova legislação.

A palestra de abertura, com a temática “O impacto da nova lei de licitações para os Municípios”, ficou a cargo do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG), Marcílio Barenco. Em sua fala, abordou o que constitui o “dispute board” (art. 151 da Lei federal nº 14.133/2021), mecanismo de

solução de controvérsias que visa resolver litígios na área corporativa, especialmente com relação a contratos públicos, mediante modalidades de conciliação, mediação e arbitragem. Indicou de que modo o comitê de resolução de disputas

pode ser formado. Discorreu, por fim, sobre a aplicação do termo de compromisso em conformidade com o Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, conhecido como Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

## CNPGC EM DEFESA DO ACESSO À INFORMAÇÃO DE QUALIDADE



Na segunda semana de julho, o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), Dr. Thiago Pinheiro Lima, encaminhou ofício ao Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), manifestando apoio e o interesse da entidade em participar do Programa de Combate à Desinformação (PCD) do STF.

O programa - criado para combater práticas que afetam a confiança das pessoas no Supremo, distorcem ou alteram o significado das decisões e colocam em risco direitos fundamentais e a estabilidade democrática - está em consonância com o CNPGC.

Tendo em vista a função deste em promover o intercâmbio de experiências e a integração entre os seus membros com vistas à melhor prestação de serviços à sociedade, o Conse-

lho considera o acesso à informação de qualidade um pressuposto intrínseco ao Estado Social e Democrático de Direito.

A Resolução nº 742, de 27 de agosto de 2021, que instituiu o PCD, foi editada em harmonia com o sistema de proteção das liberdades de comunicação, previsto na Constituição da República de 1988, e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a qual determina que toda pessoa possui o direito a informações e ideias de toda natureza, mas ressalva a necessidade de coibir apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

**Via:** Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas



## SERVIDOR LOTADO NO MPC-MG DEFENDE TESE DE DOUTORADO

Túlio César Pereira Machado-Martins, servidor lotado no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, defendeu, no dia 18 deste mês, sua tese de doutorado em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP).

Intitulada "Trilhos e Rumos: análise da lógica político-institucional do Tribunal de Contas da União no controle das concessões ferroviárias", a pesquisa de Túlio César foi aprovada com excelência.

Ele é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Gestão Pública pela Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela Universidade Fumec. Especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e em Controle Externo e Avaliação da Gestão Pública pela mesma instituição.

Também é professor e pesquisador da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, além de lecionar em diversos cursos de pós-graduação e de capacitação.

É servidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais desde 2009 e atualmente compõe o Gabinete do Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco.

Túlio se diz grato por mais um grau acadêmico: "Sinto-me muito honrado de ter tido a oportunidade de participar do programa de pós-graduação da FGV e ter sido agraciado com uma bolsa de doutorado para desfrutar de uma estrutura ímpar de ensino e pesquisa. Para se ter uma pequena noção do que é a FGV-EAESP, ela está entre as escolas de negócio do mundo acreditadas internacionalmente pela AACSB (The Association to Advance Collegiate Schools of Business, EQUIS - European



Túlio César. Acervo pessoal.

Quality Improvement System e AMBA - The Association of MBAs), que equivalem a menos de 1%".

O Procurador-Geral expressou suas congratulações: "Acompanhar um servidor do MPC ser laureado com o grau acadêmico de doutor em Administração representa orgulho institucional e de seus colegas, por estarmos ladeados de profissional de tamanho gabarito. De certo, é o reconhecimento de todo esforço pessoal, com vistas ao aperfeiçoamento profissional na busca do grau de excelência no desempenho do seu cargo. Registro, em nome do nosso Órgão Ministerial especializado, votos de sucesso e congratulações pelo êxito no alcance de titulação acadêmica de tamanha envergadura".

Parabéns por essa grande conquista, Túlio!



## PROCURADOR-GERAL RECEBE VISITA DE PRESIDENTE E 1ª VICE-PRESIDENTE DA AMMP



Na quarta-feira, 18 deste mês, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, recebeu visita institucional das Promotoras de Justiça Larissa Rodrigues Amaral, Presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), e Luz Maria Romanelli de Castro, 1ª Vice-Presidente da entidade.

As Promotoras de Justiça trouxeram pessoalmente convite ao Procurador-Geral do MPC-MG para a solenidade de abertura do XIV Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, que acontecerá no dia 4 de agosto de 2022, às 10h.

O evento tem caráter interno, destinado a Procuradores e Promotores.

Da esquerda para a direita: Larissa Rodrigues Amaral, Marcílio Barenco e Luz Maria Romanelli de Castro.  
Foto: Éverton Moebus. 22 jul. 2022.





## O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE BRASILEIRA É DA CONTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

As mulheres são maioria no funcionalismo público e, em geral, elas possuem mais qualificação acadêmica que eles – cerca de 17% das mulheres possuem curso superior completo, contra 13,5% dos homens (IBGE, 2016). Apesar de serem maioria e de terem mais qualificação, elas ocupam menos vagas de liderança (cerca de 37,8% das posições) e recebem, em média, salários menores. Enquanto as servidoras públicas recebem, em média, 3,9 salários-mínimos por mês, os servidores homens recebem 5,2 salários-mínimos por mês.

Esses dados retratam a desigualdade de gênero no serviço público brasileiro e tem levado o Ministério Público de Contas a dar mais atenção ao tema. O papel da mulher na sociedade brasileira é assunto que permeia todos os órgãos públicos e com o MPC não seria diferente. Durante o XIV Congresso Nacional do Ministério Público de Contas, ocorrido em 2021, a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon) e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC) abriram um debate sobre a atuação do MPC brasileiro nos próximos anos, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, dentro da Agenda 2030. Um desses objetivos, o de número 5, propõe alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Pautados por esse objetivo, os MPCs têm analisado as políticas públicas e os projetos voltados à igualdade de gênero, bem como o investimento público destinado a alcançar essa meta nos Estados e Municípios brasileiros. De forma geral, percebe-se fragilidade na articulação e interlocução entre os serviços oferecidos pelo poder público, baixos investimentos em políticas públicas voltadas ao tema e ações incipientes para educação e mudança cultural. Além disso, há poucas informações oficiais e estruturadas sobre o tema, o que impede um planejamento adequado e soluções efetivas.

### O cenário do funcionalismo público

No serviço público, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) consolidou um estudo sobre o perfil dos servidores e as mudanças ao longo de 30 anos (1986-2017). O Atlas do Estado Brasileiro traz os dados sobre concursos, contratações, promoções, salários e funções. Na administração pública federal, por exemplo, observa-se que, quanto mais alto o cargo atribuído, maior o nível decisório associado ao posto de trabalho e menor a participação feminina. Assim, em 2014, as mulheres ocupavam 45% das funções do tipo DAS (direção e assessoramento superior) 1, mas apenas 28% e 19% dos cargos DAS 5 e 6, respectivamente.

Uma das explicações sociológicas para essa discrepância é o chamado estereótipo de gênero, que pode ser definido como a generalização de um grupo de pessoas, por meio da qual certos traços são atribuídos a praticamente todos os membros, sem se considerar a real variação entre eles. A partir dos estereótipos, criamos generalizações para mulheres e homens.

O problema é que os estereótipos podem não refletir a verdade e, muitas vezes, são construídos culturalmente, ao longo do tempo. Um exemplo é o estereótipo da mulher cuidadora e do homem dominante, racional e competitivo. Essas generalizações são tão fortes que acabam influenciando o mercado de trabalho. Na prática, observamos mais mulheres ocupando postos de trabalho voltados ao atendimento de crianças e idosos e mais homens ocupando postos de liderança, por exemplo. São os chamados guetos ocupacionais.

No Brasil, conforme dados do Inep, cerca de 70% dos concluintes dos cursos em educação, saúde e bem-estar social, entre 2001 e 2007, eram mulheres. Por sua vez, cerca de 70% dos que concluíram cursos na área de engenharia, produção e construção, no mesmo período, eram homens.



Pesquisas demonstram que, na verdade, o que ocorre é um processo de naturalização de atributos socialmente construídos, que está relacionado à percepção de que dadas características devem ser vistas como essenciais. Ou seja, essencializa-se determinada característica, que é construída socialmente, mas que passa a ser vista como “natural” e por isso intransponível. Em questionários aplicados a servidores públicos de diferentes idades, os homens são descritos como ‘independentes, dominantes, competentes, racionais, competitivos, assertivos e estáveis para lidar em momentos de crise’, enquanto as mulheres são caracterizadas como ‘mais emocionais, sensíveis, expressivas, gentis, prestativas e pacientes’.

Essas percepções generalizadas sobre o comportamento masculino e feminino levam, ainda, à segregação organizacional hierárquica, também chamada de “afunilamento” ou de “teto de vidro”. Ocorre quando em uma mesma profissão, com as mesmas qualificações, mulheres e homens alcançam posições diferentes na hierarquia organizacional.

Pelo senso comum, mulheres nos cargos executivos seriam guiadas por sentimentos e intuições, enquanto os homens possuiriam comportamento mais racional e agressivo. As mulheres desempenhariam lideranças diferentes – menos coercitivas, mais favoráveis ao trabalho em equipe; além disso, possuiriam relacionamentos mais fortes no trabalho. Por essa crença, as mulheres seriam menos capazes de liderar, pois teriam mais dificuldade em usar a autoridade. O “teto de vidro” também está relacionado à maternidade e paternidade. Enquanto a fertilidade das mulheres é vista como um risco para as organizações, frequentemente, o casamento de um homem é visto como marca de estabilidade.

As representações sociais – os estereótipos – sobre mulheres e homens estão na raiz das diferentes avaliações sobre o trabalho feminino e masculino. Elas moldam a forma como as capacidades, as habilidades, as limitações e os lugares sociais de mulheres e homens são percebidos, julgados e atribuídos.

**Via:** Comunicação Integrada dos MPCs, publicação de 22 de julho de 2022





# O MPC-MG EM NÚMEROS

Confira a movimentação processual entre o MPC-MG e o TCE-MG referente ao mês de junho:

**ENTRARAM**

# 1.216

**PROCESSOS**



**SAÍRAM, COM PARECER,  
DESPACHO OU  
MANIFESTAÇÃO  
PRELIMINAR,**

# 1.221

**PROCESSOS**

## AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS:

|  |    |
|--|----|
| Notícias de Irregularidades distribuídas | 11 |
| Assuntos Administrativos                 | 05 |
| Pedidos de Cooperação                    | 01 |
| Procedimento Preparatório                | 01 |
| Representações                           | 03 |



## REPRESENTAÇÕES:

1.119.950 - REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DR. MARCÍLIO BARENCO CORRÊA DE MELLO EM DESFAVOR DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS, EM RAZÃO DE SUPOSTA IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO DO CONTRATO DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2021, BEM COMO PELA AUSÊNCIA DE RESPOSTA AOS DOCUMENTOS REQUISITADOS NOS OFÍCIOS MINISTERIAIS.

1.119.951 - REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DR. MARCÍLIO BARENCO CORRÊA DE MELLO EM DESFAVOR DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS, ACERCA DE POSSÍVEL ABANDONO DE EVENTUAIS BENS PÚBLICOS, TAIS COMO VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, DENTRE OUTROS, NO PÁTIO DO DER, ENQUANTO A MUNICIPALIDADE TERIA PROMOVIDO PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

1.120.083 - REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DR. DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES EM DESFAVOR DO EX-PREFEITO E ATUAL PREFEITO MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS, RELATIVA À IRREGULARIDADES VERIFICADAS NAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS EFETUADAS EM DETRIMENTO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2019.







## SEGUNDO EPISÓDIO DO MPC CAST: SUBPROCURADOR-GERAL FALA SOBRE GABINETE DE INTELIGÊNCIA



O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais inaugurou, no mês de junho, o MPC Cast, podcast oficial da instituição.

No segundo episódio, o convidado é o Dr. Daniel Guimarães, Subprocurador-Geral do MPC-MG e titular do Gabinete de Inteligência (GI) do órgão ministerial.

Dr. Daniel fala sobre a estruturação e atribuições do GI e sobre quais serão as metodologias adotadas por esse Gabinete.

Para quem não ouviu o primeiro episódio do MPC Cast, o Procurador-Geral, Dr. Marcílio Barenco, discorre sobre o plano de gestão de seu mandato.

Os episódios do podcast estão disponíveis no Spotify. Para ouvi-los, basta procurar por MPC Cast na plataforma de streaming ou clicar [aqui](#).





## PORTARIAS:

### PROCURADOR-GERAL PUBLICA

### SEIS DESIGNAÇÕES DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO NO MÊS

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG), Marcílio Barenco, publicou 6 portarias neste mês.

#### De 5 de julho:

Portaria nº 18: institui a Comissão Permanente de Proteção de Dados (CPPD) no âmbito do MPC.

Portaria nº 19: nomeia os membros da Comissão Permanente de Avaliação Documental do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (CPAD – MPC) instituída por meio da Resolução MPCMG nº 20, de 3 de dezembro de 2020.

Portaria nº 20: nomeia os membros do Comitê Permanente de Desenvolvimento do SIMP (Comitê-SIMP) no âmbito do MPC, instituído por meio da Resolução MPC-MG nº 19, de 3 de dezembro de 2020.

Portaria nº 21: nomeia os membros da Comissão Permanente de Integridade no âmbito do MPC, instituído por meio da Resolução MPC-MG nº 22, de 26 de maio de 2022.

#### De 6 de julho:

Portaria PG nº 22: institui a Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e revisão de atos normativos.

Portaria PG nº 23: designa a coordenação dos projetos institucionais e acadêmicos “Conhecendo o MPC” e “Capacitação Interna MPC” no âmbito do MPC.

Para conferir o teor completo dessas designações, acesse o site do MPC-MG.

## EDITAIS

Foi lançado, em 4 de julho, o edital para chamada de artigos científicos da Revista "Controle em Foco", periódico semestral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

A "Controle em Foco" é constituída de artigos científicos, de opinião e de comentários à jurisprudência. O prazo para envio de artigos se encerra em 17 de agosto de 2022.

Leia o edital na íntegra no site do MPC-MG.





# O MPC-MG NA MÍDIA

Acompanhe nossos canais de comunicação para saber tudo o que acontece no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.



Facebook:  
Ministério Público de  
Contas do Estado de Minas  
Gerais



INSTAGRAM:  
@mpc\_mg



Twitter:  
@mpc\_mg



YouTube:  
MPC-MG



Spotify:  
MPC Cast

# MPC NOTÍCIAS

INTEGRIDADE - TRANSPARÊNCIA - EFETIVIDADE





